

Ações socioambientais e a crise contemporânea: desafios e reflexões no contexto do desenvolvimento econômico e regional

André Luiz Emmel Silva (Universidade de Santa Cruz do Sul) andresilva@unisc.br

Patrícia Paz Silva (Universidade de Santa Cruz do Sul) patriciapaz2306@gmail.com

Daniel Augusto Hoppe (Universidade de Santa Cruz do Sul) danielhoppe@unisc.br

Jorge André Ribas Moraes (Universidade de Santa Cruz do Sul) jorge@unisc.br

Fernando Sansone de Carvalho (Universidade de Santa Cruz do Sul) fernandocarvalho@unisc.br

Resumo:

Há uma certa dificuldade de associar o crescimento da produção industrial com a preservação ambiental. Na contemporaneidade não é mais plausível pensar no gerenciamento de uma organização sem avaliar os fatores externos a ela. Os negócios só podem se desenvolver se a empresa, como um todo, pensar no socioambiental. Este artigo objetiva conhecer e esclarecer contextos e dimensões das ações socioambientais e a crise econômica, propondo uma reflexão frente aos desafios do desenvolvimento econômico atual. O estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, de natureza exploratória, com abordagem explicativa. O trabalho realizado revelou que ações socioambientais devem ser cogitadas de forma pró-ativa, procurando meios e oportunidades que irão modificar a forma de pensar da empresa quanto à sustentabilidade, que deve ser entendida em seu sentido amplo: econômica, social e ambiental.

Palavras chave: Ações socioambientais, Crise contemporânea, Desenvolvimento econômico.

Socio-environmental actions and the contemporary crisis: challenges and reflections in the context of economic and regional development

Abstract

There is a certain difficulty to associate the growth of industrial production with environmental preservation. In contemporary times is no longer plausible to think about managing an organization without evaluating the external factors to it. The business can only develop if the company as a whole, think about the social and environmental. This article aims to meet and clarify contexts and dimensions of social-environmental actions and the economic crisis, proposing a reflection against the challenges of the current economic development. The study was conducted through a literature review, exploratory in nature, with explanatory approach. The work revealed that environmental action should be proactively banded about, looking for means and opportunities that will change the way of thinking of the company with regard to sustainability, which must be understood in its broad sense: economic, social and environmental.

Key-words: Environmental actions, Contemporary crisis, Economic development.

1. Introdução

Hoje, algumas organizações ainda fundamentam suas atividades no consumo desregrado de recursos naturais, os quais avaliam como inesgotáveis. Mas o que ocorre é que alguns deles já foram consumidos até o limite da capacidade de suporte do ecossistema. Porém, este é um

cenário claramente insustentável.

O homem sempre dependeu da utilização dos recursos naturais renováveis para a produção de seus bens de consumo e, atualmente, vem se confrontando com problemas ambientais devido ao contínuo desenvolvimento das atividades econômicas, afetando a capacidade de recuperação desses recursos (MAY, 1995).

As mudanças no cenário econômico mundial têm causado alterações no ambiente das empresas. Desde as pequenas até as grandes organizações necessitam de um planejamento de gastos e receitas, bem como a respeito das formas de gerenciá-los de modo a manter a empresa em um nível competitivo. Neste cenário, voltando-se para o aspecto competitivo, muitas pessoas e governos, ao pensar em promover o desenvolvimento das regiões e das comunidades, voltam-se totalmente para o cenário econômico, considerando apenas questões financeiras, tributárias e de geração de receitas (MALLMANN, 2008). A base material do processo de desenvolvimento é fundamental, mas deve ser considerada como um meio e não como um fim em si. Além da capacidade produtiva, ao postular a melhoria da qualidade de vida em comum, a confiança das pessoas nos outros e no futuro da sociedade, destaca as possibilidades das pessoas levarem adiante iniciativas e inovações que lhes permitam concretizar seu potencial criativo e contribuir efetivamente para a vida coletiva (JACOBI, 2005).

Em uma economia globalizada o declínio de competitividade das organizações resulta em desindustrialização, e com isso na eliminação de colaboradores. Já a aumento e absorção de mercados novos, decorre em maior competitividade, resultando em uma alavancagem da produção, significando ampliação de pessoal ocupado. Sendo assim, para Maia e Martins (2010), a sociedade e o meio ambiente recebem direta ou indiretamente os impactos das ações empresariais.

Na contemporaneidade não é mais plausível pensar no gerenciamento de uma organização sem avaliar os fatores externos a ela. Os negócios só podem se desenvolver se a empresa, como um todo, pensar no socioambiental. Investimentos nessas ações implicam em melhorias na forma como a organização trabalha tanto técnica quanto profissionalmente, uma vez que medidas são tomadas, através de seu grupo de colaboradores, fornecedores, parcerias com a comunidade e a sociedade em geral. Isso significa que ações sustentáveis e desenvolvimento econômico da empresa são elos de uma mesma corrente e contribuem para o desenvolvimento regional.

É função das empresas investirem em procedimentos de inovação, elaborar práticas de alta importância social e baixo custo ambiental, influenciando os consumidores a escolher por produtos ou serviços eficientes e sustentáveis, retirando, dessa forma, os considerados insustentáveis. Para May, Lustosa e Vinha (2003) na medida em que a preservação do meio ambiente tornou-se um diferencial para as empresas, caracterizando-se como uma oportunidade de negócio, surgiu a possibilidade de incluir preocupações ambientais em suas estratégias empresariais por meio de práticas ecologicamente mais adequadas – adoção de tecnologias ambientais, implantação de sistemas de gestão ambiental, racionalização do uso dos recursos naturais, entre outros.

O meio ambiente evoluiu de objeto de preservação para foco de ação sustentável. Novas práticas de gestão surgiram, como também emergiu uma nova “economia ambiental”, com a produção reciclada, a venda e o reaproveitamento de resíduos, gerando novos negócios, emprego e renda (MELO NETO e BRENNAND, 2004).

Há uma certa dificuldade de associar o crescimento da produção industrial com a preservação ambiental. A poluição industrial e a intensidade do uso de recursos naturais são altamente

afetadas pela escala da atividade industrial (efeito escala), por sua composição setorial (efeito composição), e pelas tecnologias utilizadas (efeito tecnologia) (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003). O crescimento econômico e preservação ambiental são freqüentemente considerados objetivos antagônicos (MAY, 1995). E de fato, são. É por esse motivo que as organizações precisam adotar medidas socioambientais, procurando minimizar os riscos causados ao ambiente.

O tema ‘ações socioambientais e a crise contemporânea: desafios e reflexões no contexto do desenvolvimento econômico e regional’ foi escolhido, por representar um assunto de extrema importância atualmente, e a questão socioambiental dentro das empresas é importante para desenvolver ainda mais o potencial, contribuindo com o meio ambiente e com o futuro delas próprias, das pessoas envolvidas e do planeta. Aspira-se que esse estudo possa contribuir para as discussões acerca da analogia entre o desenvolvimento sócio-econômico e a proteção do meio-ambiente. Refletir sobre a sustentabilidade em seu tripé – econômico, social e ambiental (*Triple Bottom Line*, criado em 1990, por John Elkington) – demanda uma visão holística, através de suas formas e organização.

2. Materiais e métodos

Quanto ao tipo de pesquisa, este artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, com abordagem explicativa. Requer inicialmente os procedimentos de uma pesquisa bibliográfica, apoiada, como relata Vianna (2001), por um levantamento de material (livros, revistas científicas, jornais e outros) publicados a respeito do assunto, para poder identificar, nos escritos de vários autores, aspectos que podem contribuir para esclarecer o problema de pesquisa. Exploratória, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, em vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (FÁVERO *et al.*, 2008). Segundo Gil (2010), pesquisa exploratória almeja o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Mesmo quando já existam conhecimentos sobre o assunto, a pesquisa exploratória também é útil, pois normalmente para um mesmo fato poderá haver inúmeras explicações alternativas e a sua utilização permitirá ao pesquisador tomar conhecimento, senão de todas, da maioria delas (OLIVEIRA, 2011). E explicativa já que visa aprofundar o conhecimento da realidade para além das aparências dos seus fenômenos (SANTOS, 2004).

3. Desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional é um assunto de grande importância nas pautas de desenvolvimento dos países. É um processo que engloba mais que crescimento econômico e modificação na sociedade. Envolve as comunidades, as universidades, instituições públicas e privadas e o governo, através de questões/problemas que existem no local, melhorando a qualidade de vida e maneiras de pensar e agir. Implica conhecer a região e os fenômenos sociais e econômicos que nela estão inseridas. Isso acontece por meio de múltiplas ações que identificam, formatam e estruturam a sociedade num modo geral.

Sendo assim, a população que faz parte de determinada região é que caracteriza e transforma este meio, de modo que se desenvolva. Desenvolver uma região faz com que as futuras gerações possam desfrutar desses bens e serviços gerados. O cuidar, o manter, o preservar e o desenvolver, continuamente, representará bons frutos futuramente. Souza e Theis (2009) definem desenvolvimento como uma mudança social, através da movimentação de recursos, para se chegar aos objetivos que a sociedade/comunidade decidiu. Os autores complementam (p. 13) “desenvolvimento é um processo de disputa do excedente gerado pelo sistema produtivo, em favor (i) ou da insatisfação das necessidades fundamentais da coletividade (ii) ou dos ganhos dos proprietários dos meios de produção”.

Desenvolvimento regional pode fazer todo o sentido do mundo quando, em decorrência de um exame cientificamente mais acurado e politicamente mais engajado, o rigor intelectual que desvelou a realidade perpassada por conflitos de diversas ordens puder ser convertido em disposição política para a transformação social (SILVEIRA, 2013, p. 5).

O desenvolvimento regional deve ser considerado como o resultado da utilização dos recursos que estão disponíveis em uma dada região, através das políticas locais que estão interligadas com as demais. Além disso, o mesmo tem ligação com as variações de sentido econômico e social de uma dada localidade, mas estes devem estar correlacionados aos demais fatores que contemplam esta região.

O processo de desenvolvimento local caracteriza-se pelo seu caráter endógeno (autonomia, reinvestimento, inovação, identidade), pelo papel dos recursos, em especial aqueles não-materiais do lugar, pelos agentes e suas relações, tanto diretas quanto mediadas, pela escala e funcionalidade das organizações, pela cultura local, cujo produto é uma sinergia que causa um progresso sistemático do território (até atingir a condição de pessoa) (DREHER e SOUZA, 2009, p. 201).

Segundo Becker (2008) o desenvolvimento regional significa o resultado de fatores como economia, social, político, agentes regionais e a formação de uma idéia própria de desenvolvimento. Já, para Putnam (2000, p. 177) “os exemplos das questões socioculturais do desenvolvimento regional encontram-se em assuntos como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Conforme Souza e Theis (2009, p. 12) “desenvolvimento regional é um conceito que abarca três importantes dimensões: uma empírico-descritiva, uma teórico-analítica e uma político-normativa. Em todos os casos, trata-se de desenvolvimento em que a escala geográfica é a região”. Para Wander (2010) as políticas sobre o desenvolvimento regional tentam minimizar as assimetrias de forma que a comunidade possa estar envolvida no desenvolvimento. Para que possa planejar e analisar essas questões, há vários procedimentos que permitirão encontrar as soluções corretas a serem tomadas.

De acordo com Becker (2008, p. 53) “os processos de desenvolvimento regional educam e abrem espaços para o plural, para o diverso, para o diferente. Portanto, admitem o conflito, a divergência e a pluralidade”. Ainda, o autor destaca que os processos de desenvolvimento regional começaram a depender num rápido período de tempo, das distintas faces do envolvimento social das comunidades, resolvendo conflitos e equívocos anteriores, além de definir o futuro do desenvolvimento. Já, para Dreher e Souza (2009) o crescimento e modificação do desenvolvimento local ocorrem somente quando a sociedade está engajada a exercer funções que melhorem a região para a coletividade.

Estratégias bem-sucedidas de desenvolvimento regional estão, normalmente, associadas, nos tempos recentes, a vigorosas estratégias (re) estruturantes de desenvolvimento regional, executadas pelas organizações e instituições das comunidades regionais (BECKER, 2008, p. 61).

Segundo Silveira (2013, p. 6) “desenvolvimento regional não é um problema que requeira uma solução teórica ou prática. Mas, tampouco é uma solução mágica – uma panacéia – para um problema qualquer, que aflore num país qualquer”. O desenvolvimento, para que se tenha eficiência, deve-se adequar ao ambiente que está inserido abrindo caminho para o amplo conhecimento, através de melhorias e progressos para as pessoas e a região.

O processo de desenvolvimento local é dinâmico e complexo, exigindo cooperação dos diversos setores da sociedade com as organizações que nele atuam. Pelo seu âmbito local e,

portanto, pela proximidade, os setores, possuem problemas comuns. Estes problemas, geralmente, são resultantes de desequilíbrios sociais e ambientais, por exemplo: violência; miséria; exclusão e desigualdades sociais; degradações ambientais decorrentes da exploração inadequada dos recursos naturais; baixa escolaridade, entre tantos outros. Isso provoca, na sociedade local, posicionamentos diversos quanto à função de cada um na resolução e/ou minimização dessas problemáticas (DREHER e SOUZA, 2009, p. 208)

De acordo com Wittmann, Dotto e Boff (2008, p. 321) “o desenvolvimento regional, atualmente, alicerça-se em diferentes modelos e fatores que geram práticas e dinâmicas distintas. Tais fatores, como cultura, tradição, crenças, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar a região”.

4. Desenvolvimento econômico

Uma região que pode ser chamada de desenvolvida é onde as pessoas utilizam a liberdade individual, realizando os seus anseios, mas ao mesmo tempo são empenhadas com a questão social. Para Vieira e Santos (2012), desenvolvimento econômico é a produção social, que melhora a qualidade de vida das pessoas. Fatores como a qualidade e quantidade da produção de bens e serviços que são realizadas pela comunidade em um dado período, de que forma contribuem para a comodidade dessa população e como são distribuídos entre as mesmas, são analisados.

Alguns economistas, mais voltados para teoria, pensam em crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já outros, que tratam da realidade empírica, pensam que o crescimento é fator imprescindível para o desenvolvimento, contudo, não é suficiente (SOUZA, 2012). Contudo, o autor destaca ainda que o desenvolvimento econômico é distinto do crescimento, pois o resultado dessa expansão nem sempre beneficiam a economia e a população.

Para Schumpeter (1982), o desenvolvimento econômico alia o descobrimento de novas maneiras de expansão dos negócios, descritas como estratégias empresárias desenvolvidas pelos gestores, à redução de seus custos de produção. Já, de acordo com Sandroni (1994) desenvolvimento econômico é acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas.

O desenvolvimento econômico é consequência de transformações das condições econômicas e das organizações. Dessa forma, conflitos causados pelo avanço são fundamentais para o desenvolvimento, ao lado de oportunidades de crescimento inovadoras. Conforme Dreher e Souza (2009) o mercado através das organizações privadas está se empenhando para construir um desenvolvimento econômico que ao mesmo tempo possa colaborar com o bem-estar da sociedade. Para Fiani (2011) as empresas são “estruturas de incentivos”, determinando os ganhos que podem ser conseguidos através das decisões econômicas adotadas por pessoas e instituições, interferindo nas possibilidades de desenvolvimento econômico.

Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente (SOUZA, 2012).

De acordo com Souza (2012, p. 2) “a questão do desenvolvimento econômico tem raízes retóricas e empíricas, originadas na maior parte dos casos das crises econômicas do sistema capitalista”. Ainda, segundo o autor (p. 6), “o desenvolvimento econômico implica mudanças

de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população”. Segundo Fiani (2011), um problema que pode ser visto em processos de desenvolvimento econômico das organizações são as externalidades (ações que afetam a economia provocando custos ou benefícios, sem envolver ligações em mercado). Essas externalidades, de acordo com o autor, podem ser vistas de forma negativa ou positiva. São negativas quando os atos de pessoas ou organizações geram gastos para outras pessoas ou organizações sem que o causador desses atos seja cobrado por essa medida. São positivas quando o causador gera benefícios para outro, mas aquele que foi afetado não paga por esse bem.

5. Ações socioambientais

Indiscutivelmente, é preciso que cada vez mais as pessoas, organizações e governo estejam engajados com o meio ambiente. Faz tempo que o planeta clama por ajuda, pois os recursos naturais e a vida ambiental não serão mais os mesmos, podendo sofrer danos irreversíveis se a ação do homem não mudar. É por isso que o assunto é discutido constantemente em pautas jornalísticas, universitárias e institucionais. Ajudar o meio ambiente tem sido uma atividade recorrente em todo o mundo, através de ações e práticas que minimizem os danos já causados e outras que possam prevenir que cada vez mais o planeta seja prejudicado. Isto só foi visto depois que se chegou ao nível máximo de danos ao ambiente, e agora é preciso correr contra o tempo, reparar o que já foi feito e evitar novas situações para que a espécie humana e o planeta continuem vivos.

É fundamental constatar que as consequências ambientais de como os seres humanos utilizam, via atividades produtivas, os recursos do planeta revelam nada mais do que a estrutura e o padrão de relações sociais entre os próprios seres humanos; o que, por outro lado, requer superar visões segmentadas (e politicamente interessadas) que antepõem meio ambiente e desenvolvimento, pois o primeiro nada mais é do que o resultado do segundo. Os problemas ecológicos e ambientais revelam disfunções que são próprias de um determinado estilo de desenvolvimento; problemas de um desenvolvimento desigual, para as sociedades humanas, e nocivo, para os sistemas naturais (GUIMARÃES, 1997)

A incorporação do marco ecológico nas decisões econômicas e sociopolíticas tem na construção do conceito de desenvolvimento sustentável um referencial que assume visibilidade, e que coloca o desenvolvimento como uma forma de modificação da natureza e que portanto, deve contrapor-se tanto os objetivos de atender às necessidades humanas e de outro lado, seus impactos, e dentre estes, aqueles que afetam a base ecológica (JACOBI, 2005).

As mudanças que vem ocorrendo no meio ambiente são causadas em grande maioria, pela ação humana. De acordo com Cavalcanti (1997) “a natureza não pode ser deixada sozinha sob o controle do mercado”. Para Goulet (1997, p. 72) “a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento define como sustentável o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”. Desse modo, os impactos da questão ambiental fizeram com que as organizações pensassem melhor no seu modo de agir e as consequências das suas atividades no meio ambiente.

Segundo Goulet (1997, p. 14) “a crise ambiental é, a um só tempo, generalizada e global. Suas causas e implicações revelam dimensões políticas, econômicas, institucionais, sociais e culturais, e seus efeitos transcendem as fronteiras nacionais”. Em janeiro de 1992, a ONU, realizou uma conferência com 172 chefes de Estado, preocupada com o assunto ambiental. Foi elaborada a Agenda 21, onde cada líder se empenhou a proteger o seu país e cuidar do

meio ambiente.

Foi constatada a necessidade de adotar uma nova ação global, visando mobilizar toda a sociedade para os problemas sociais e ambientais, pois não basta apenas ação do Estado, mesmo que ele possa contar com a ajuda do setor privado. Nesse sentido, é muito importante desenvolver a consciência social e ambiental do conjunto da população (SOUZA, 2012).

Para Proops *et al.* (1997, p. 106) “a sustentabilidade não é uma coisa a ser atingida, mas um processo contínuo”. A nova maneira de pensar, das empresas, através de seus gestores e colaboradores, se reflete nas modificações de valores, através de novas atitudes e percepções, onde coloca-se o resultado final também a condição do conhecimento ecológico, que está presente na cultura organizacional (SCHENINI, 2005).

Ainda segundo Proops *et al.* (1997, p. 108) “a consecução de tais consensos tem de ser considerada como um processo evolutivo, mediado pela educação e a persuasão, mas sem coerção, e mantendo-se sempre aberto à objeção fundamentada”. Em função da crescente consciência cultural da sociedade que pressiona por medidas ecológicas, ou por motivos comerciais que garantam a sobrevivência no mercado, ou mesmo ainda, pelo interesse pessoal e autêntico de algum gerente ou empresário, a realidade tem evidenciado uma demanda maior pelas premissas e ações sustentáveis (SCHENINI, 2005).

As ações humanas causaram estragos ao meio ambiente há pelo menos 35 milênios, não faltando avisos históricos sobre as reações que isso poderia causar. Ainda assim, as mudanças de atitudes com a natureza, através da consciência e de medidas de conservação são recentes (VEIGA, 2006). Conforme Guimarães (1997, p. 15) “a maioria dos problemas de contaminação são provocados pelas atividades produtivas dos países desenvolvidos, cabendo a estes “a responsabilidade principal em combatê-la”. Ainda, de acordo com os autores, o ambiente precisa de modificações na maneira de produção e consumo, principalmente nos países industrializados.

Para Furtado (2005, p. 17) “no presente, a maior cobrança recai sobre as organizações produtoras de bens e serviços. As empresas são consideradas os agentes primários da crise ambiental derivada à ineficiência dos processos produtivos que geram e despejam no ambiente volumes crescentes de resíduos tóxicos e perigosos”. O autor ainda destaca que, independente do tipo de organização, a sustentabilidade econômica e socioambiental integrada depende de iniciativas básicas voltadas para a integração da gestão, produção e consumo, com visão de avaliação de ciclo de vida; visão de sistema de produto; do berço ao túmulo; foco na cadeia de valor; envolvimento e atendimento as expectativas dos *stakeholders*.

6. Crise contemporânea

A palavra crise pode ter significância como a instabilidade alarmante de várias coisas. A crise se trata de perturbações de acontecimentos da vida, como crescimento, política, conjugal hepática, consciência, moral, abastecimento, religiosa, entre outras. Contudo, ela não é uma iminência sobre o final dos tempos (KUJAWSKI, 1991). A crise contemporânea está ligada a procedimentos modernizadores, ou seja, tudo que é novo, que está em alta. Pode-se dizer que a maior crise é a econômica, pois se a economia, pessoal e do país, está bem, a vida transcorre normalmente, mas do contrário, não.

A paixão foi essencial na vida e cultura da modernidade, sendo que nada é tão radical quanto a razão, que desperta o máximo do entusiasmo. A paixão pela vida provoca a realidade (KUJAWSKI, 1991). O autor ainda destaca que a crise atualmente é principalmente econômica, política ou moral. Segundo Melo Neto e Froes (2002) a solidariedade e a ajuda

mútua entre as pessoas influencia no melhoramento da comunidade onde estão inseridos, busca pelos direitos e democracia.

As organizações podem ajudar o Estado através de ações sociais e socioambientais, contribuindo, dessa forma, para diminuir os problemas, a crise que afeta o país envolvendo diretamente a população, através de auxílio a comunidade na qual estão presentes, colaborando para o desenvolvimento local regional. O que resulta da crise é um menor número de interações comerciais, diminuição da produção, falências das empresas, redução de salários e preços e alto índice de desemprego.

A crise brasileira, refletindo a deficiência do Estado brasileiro, resulta da inaptidão da coletividade em modernizar o país (PEREIRA, 1993). Conforme Kujawski (1991, p. 30) “a crise está hoje presente em tudo, ela é coextensiva à vida do homem em todo o planeta, incluindo os países da órbita socialista, todos eles se debatendo na contradição entre a teoria revolucionária e os desenganos da prática desmentindo a toda hora a teoria”. Na contemporaneidade, é preciso que a população esteja atenta a todas as questões e fazer a democracia, ajudando o Estado e o país a se desenvolver, mas ao mesmo tempo, a busca por justiça e igualdade está ganha forças de proporção cada vez maior. De acordo com Becker (2008, p. 49) “uma sociedade organizada é uma sociedade mais democrática”. A sociedade não aceita mais ser desrespeitada, por políticos, empresários, questões raciais, econômicas, e por isso não fica mais calada, observando tudo e não fazendo nada, mas sim, tem clamado por um país mais justo e que atenda as suas necessidades, desejos e aflições.

A vida como crise mantém o homem em convicções negativas (do tipo de Sócrates, convencido de que só sabia que não sabia de nada). A situação é terrível. Incapaz de se decidir com veracidade e plenitude, a existência se retrai à vida mínima, vida vazia de si mesma, inconsistente e instável. As pessoas se tornam presas fáceis dos extremismos de todo tipo, inclusive políticos. A atitude dominante variada cética frieza, ou da angústia de sentir-se perdido, ao desespero, ou fúria e frenesi, passando pelo apetite de vingança provocado pelo vazio da vida, incitando a gozar brutalmente de tudo o que se encontra pela frente – carne, luxo, poder (KUJAWSKI, 1991).

7. Considerações finais

Nesta nova era da revolução cultural mundial, onde o foco é o desenvolvimento sustentável, é preciso ter em consideração que as organizações produtivas têm papel determinante. Ações socioambientais devem ser cogitadas de forma pró-ativa, procurando meios e oportunidades que irão modificar a forma de pensar da empresa quanto à sustentabilidade, que deve ser entendida em seu sentido amplo: econômica, social e ambiental. Por meio das descrições teóricas expostas, pode-se constatar que é preciso fazer mais do que o proposto, integrando as questões sociais, ambientais e gerenciais no modo de agir da organização, conseguindo assim, os resultados almejados, de uma forma conjunta, financeiros, sociais e ambientais.

Frente à crise multifacetada que marca a contemporaneidade, um dos temas de discussão sempre presentes na pauta das organizações produtivas atentas às demandas da sociedade é indiscutivelmente a sustentabilidade e ações socioambientais. Hoje, as empresas precisam de ações sustentáveis, pois a atualidade pede concorrência e a maioria delas, precisam de projetos sustentáveis para que continuem competindo no meio. Ações socioambientais são um novo modo de pensar com ética, integridade, responsabilidade, transparência e respeito ao outro. Dessa forma, é preciso produzir e consumir hoje sem gastar os recursos que as próximas gerações precisarão para viver e consumir. As organizações que apostam nessa prática sentem necessidade de tomar a iniciativa e esclarecer o que é desenvolvimento sustentável, a sua concepção do que ele influi na sua atividade e os caminhos iniciais a seguir.

A prática de adotar sistemas sustentáveis em uma organização torna-se um diferencial para a mesma. Em tempos onde a crise predomina e o acesso a informação é fácil, expor essas atividades com certeza geram benefícios a empresa. Estar à frente da concorrência e poder contribuir com o meio ambiente ao mesmo tempo, são um ganho enorme para qualquer empreendimento. Beneficiam-se a empresa, os colaboradores, clientes, funcionários e todos os demais que estão no, e entre este meio.

O desenvolvimento econômico é realizado pelas pessoas e empresas da qual a sociedade faz parte, fazendo com que as atividades desenvolvidas economicamente tragam benefícios para o bem-estar. Isso precisa ser aprimorado constantemente, de forma que a região se desenvolva e possa, através desses resultados, contemplar a sociedade satisfatoriamente. As organizações podem ajudar o Estado através de ações sociais e socioambientais, contribuindo assim para amenizar a crise que afeta o país envolvendo diretamente a população, através de auxílio a comunidade na qual estão presentes, colaborando para o desenvolvimento local e regional.

O desenvolvimento sustentável é uma revolução cultural que traz uma modificação de paradigma, ou seja, tem um olhar diferente para o mundo e os valores que baseiam o capitalismo moderno. Dessa forma, empreendimentos que não se adequarem minimamente, dificilmente sobreviverão por muito tempo no mercado. Esta é a questão, o desenvolvimento sustentável se apresenta como uma revolução cultural, mas de fato não o é. É, isto sim, mais do mesmo. É a continuidade do modelo de produção/consumo/consumismo, apenas com uma roupagem “verde”. É assim que “se vende”, como algo novo, mas não o é.

Referências

ALMEIDA, F. *Experiências empresariais em sustentabilidade: avanços, dificuldades e motivações de gestores e empresas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BECKER, D. F. *A economia política do (des) envolvimento regional contemporaneo*. In: Becker e Wittmann (Org). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

CAVALCANTI, C. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.

DREHER, M. T.; SOUZA, V. S. F. *Desenvolvimento local e responsabilidade social empresarial: contribuições das estratégias intersetoriais*. In: SOUZA, C. M. M.; THEIS, I. M. (Org.). *Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas*. Blumenau: Ed. da FURB, 2009.

FÁVERO, A. A.; et al. *Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas*. 4. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

FIANI, R. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FURTADO, J. S. *Sustentabilidade empresarial: guia de práticas econômicas, ambientais e sociais*. Salvador: Conselho Regional de Administração da Bahia, 2005.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULET, D. *Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável*. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.

GUIMARÃES, R. P. *Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas*. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

JACOBI, P. R. *Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo*. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005

KUJAWSKI, G. M. *A crise do século XX*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MAIA, F. L. S.; MARTINS, L. M. *As ações de responsabilidade social das indústrias fumageiras e o desenvolvimento das comunidades locais*. In: XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Anais... Abepro, 2010.

MALLMANN, L. M. *Gestão empresarial: o papel das micro e pequenas empresas no desenvolvimento do Vale do Rio Taquari/RS*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008.

MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAY, P. H. (Org.). *Economia ecológica: aplicações no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

MELO NETO, F. P.; BRENNAND, J. M. *Empresas socialmente sustentáveis: o novo desafio da gestão moderna*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

OLIVEIRA, M. F. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Catalão: UFG, 2011.

PEREIRA, L. C. B. *A modernização interrompida*. In: Fórum Nacional as Bases do Desenvolvimento Moderno, 1993, São Paulo, SP. Nobel, 1993.

PROOPS, J.; et al. *Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável*. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. 436 p.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. 257 p.

SANDRONI, P. (Org.). *Novo dicionário de economia*. 5. ed São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

SANTOS, A. R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 6. ed., rev. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SCHENINI, P. C. *Gestão empresarial sustentável*. In: SCHENINI, P. C. (Org.). *Gestão empresarial sócio ambiental*. Florianópolis: [s.n.], 2005.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENGE, P. M. et al. *A revolução decisiva: como indivíduos e organizações trabalham em parceria para criar um mundo sustentável*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVEIRA, R. L. L. *Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processo, políticas e planejamento* [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. 6. ed., rev. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, C. M. M.; THEIS, I. M. *Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas uma breve introdução*. In: SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; THEIS, Ivo Marcos (Org.). *Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas*. Blumenau: Ed. da FURB, 2009. 221 p.

VEIGA, J. E. *Meio ambiente & desenvolvimento*. São Paulo: SENAC-SP, 2006.

VIANNA, I. O. A. *Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica*. São Paulo: EPU, 2001.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. *Desenvolvimento econômico regional - uma revisão histórica e teórica*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n. 2, p. 344-369, 2012.

WANDER, A. E. *Métodos e técnicas de análise regional*. In: NEGRET, Fernando (Org.). *Desenvolvimento regional e gestão de empreendimentos: conceitos, métodos, instrumentos e estratégias*. Goiânia: Faculdades AIFA, 2010. 205 p.

WITTMANN, M. L.; DOTTO, D. M. R.; BOFF, V. A. *Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado*. In: Becker e Wittmann (Org.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. 395 p.